



Assembleia Municipal de Lagoa – Açores

ATA DA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOA – AÇORES, DE 07 DE FEVEREIRO DE 2013

ATA Nº 01/2013

Aos sete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e treze, pelas vinte horas e trinta minutos, teve início a primeira sessão ordinária da Assembleia Municipal do concelho de Lagoa - Açores, no Centro Comunitário Padre João Caetano Flores, sob a Presidência de Susana Goulart Costa, da Primeira Secretária da Mesa Filomena de Jesus Costa Oliveira Carneiro, em substituição do membro Olga Maria Rodrigues Borges Soares, e da Segunda Secretária Anabela da Silva Calisto. Estiveram presentes na sessão os seguintes membros: Eduíno Manuel da Ponte Rego; Leonel da Rosa da Silveira; Gilberto Gouveia Branquinho; Natália de Medeiros; Jorge Alberto Barbosa Almeida; André Carvalho Almeida; Paulo Jorge Soares de Amaral Borges; Maria do Rosário Andrea Mirante Afonso; Francisco Manuel Mendonça Vieira; Rodolfo Martins Marques da Silva; Rosa Maria Cabral Borges; Norberto Carlos Cordeiro Ponte; Fernanda do Carmo Furtado Jesus Rocha Costa; Roberto Manuel Sousa Oliveira; Roberto Manuel Pereira de Sousa; António Augusto da Ponte Borges; Durval Carlos Simas Faria e Albertina Maria Costa Oliveira.

Não compareceram à sessão os membros Vasco Manuel Verdasca da Silva Garcia; Olga Maria Rodrigues Borges Soares; Cláudia Maria Medeiros Galego; Pedro Miguel da Silva Monteiro e Paulo Jorge Cimbron Varão.

Os membros Vasco Manuel Verdasca da Silva Garcia; Olga Maria Rodrigues Borges Soares; Pedro Miguel da Silva Monteiro e Cláudia Maria Medeiros Galego enviaram comunicações a solicitar justificação à presente falta. A Mesa considerou justificadas as faltas.

Pelos membros Durval Carlos Simas Faria e Paulo Jorge Cimbron Varão foram recebidas comunicações, solicitando justificação das faltas à sessão ordinária de 18 de dezembro de 2012.

A Mesa considerou justificadas as faltas.

Em representação do Executivo Camarário tomou parte na sessão o Presidente da Câmara Municipal João António Ferreira Ponte, que se fez acompanhar pelos Vereadores Fernando Jorge Ventura Moniz, Rui Manuel Maciel Costa D'Oliveira Ramos, Durval Carlos Almeida Faria,

Marco Paulo da Silva Teixeira, José Fernando Medeiros Costa e Carlos Augusto Borges Rodrigues Furtado.

A Presidente da Assembleia propôs que, tendo sido enviada cópia da ata aos membros representativos dos Partidos neste Órgão Deliberativo, fosse dispensada a leitura da mesma, o que foi aceite por unanimidade. Assim, de imediato foi votada a ata da quinta sessão ordinária, respeitante ao dia 18 de dezembro de 2012, que foi aprovada por unanimidade.

Depois, a Presidente da Assembleia apresentou a correspondência recebida no período de 19 de dezembro de 2012 a 07 de fevereiro de 2013, a qual se encontra à disposição para consulta dos membros da Assembleia Municipal.

ALTERAÇÃO À ORDEM DE TRABALHOS:

A Senhora Presidente propôs à Assembleia Municipal a alteração à Ordem de Trabalhos com a introdução do seguinte assunto:

- Proposta – Alteração ao Regulamento de Distinções Honoríficas do Município de Lagoa-Açores.

A Assembleia tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, concordar com a introdução do referido assunto.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal abriu este período, agradecendo à Junta de Freguesia da Ribeira Chã, na pessoa da sua Presidente, o facto da mesma ter aceite o convite para realizar esta sessão da Assembleia Municipal na freguesia da Ribeira Chã.

De seguida apresentou a proposta de atribuição de um Voto de Pesar pelo falecimento do senhor João Alberto Borges Tavares, cujo teor abaixo se transcreve:

“Foi com grande pesar e consternação que, no passado dia 31 de janeiro de 2013 tomámos conhecimento do falecimento do senhor João Alberto Borges Tavares.

O senhor João Alberto Borges Tavares, natural e residente na freguesia de Santa Cruz, tinha 47 anos de idade, era casado e pai de três filhos.

Ao nível profissional dedicou-se à agropecuária e ao comércio tradicional, contribuindo assim para o desenvolvimento económico e social do concelho.

No campo político, foi Presidente da Assembleia de Freguesia de Santa Cruz durante nove anos, cargo que sempre desempenhou com grande dedicação e sentido de responsabilidade.

No âmbito do associativismo desportivo e cultural, pertenceu aos órgãos sociais da Filarmónica Estrela d'Alva e do Clube de Patinagem de Santa Cruz, mostrando sempre grande disponibilidade e empenho, em prol da dignificação desportiva e cultural do concelho. Foi um homem de princípios e valores, uma pessoa muito estimada na sua comunidade, que manteve grande empenho no desenvolvimento e promoção da sua freguesia e do seu concelho, demonstrando no seu dia a dia uma atitude positiva, gozando por isso da simpatia de todos com quem se relacionava, pelo que, será sempre com grande estima que o recordaremos.

Pelas considerações acima expostas e pela consternação sentida com a sua perda, propomos um Voto de Pesar pelo falecimento do senhor João Alberto Borges Tavares."

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade dos vinte e um membros presentes:

- 1.º** Aprovar o Voto de Pesar pelo falecimento do senhor João Alberto Borges Tavares;
- 2.º** Dar conhecimento do referido Voto de Pesar aos seus familiares;
- 3.º** Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro.

Seguidamente, usou da palavra o Deputado Municipal Roberto Oliveira, que felicitou a Mesa, na pessoa da sua Presidente, pela iniciativa desta sessão se ter realizado na freguesia da Ribeira Chã, salientando assim o espírito autárquico, que passa pela aproximação das populações. No entanto, foi com pena que constatou a pouca afluência da população da freguesia, pois o objetivo era que fosse mais participativa.

Salientou que a freguesia da Ribeira Chã, com cerca de quatrocentos habitantes, é um exemplo para o concelho, pois é a freguesia mais limpa e ajardinada da Lagoa e solicitou, ao Senhor Presidente da Câmara Municipal e à Senhora Presidente da Junta de Freguesia da Ribeira Chã que, com as suas influências políticas, diligenciem o conveniente arranjo das bermas do Pisão, uma vez que estas, por vezes, não têm o devido tratamento, o que debilita a imagem da Ribeira Chã, pois esta é a primeira freguesia a nascente do concelho, com fronteira com o município vizinho de Vila Franca do Campo. Seguidamente, referiu que o Senhor Presidente da Câmara Municipal, no seu programa eleitoral, prometeu apoio para esta freguesia nos seguintes projetos: loteamento para autoconstrução; criação de uma empresa de inserção social da Associação de jovens; remodelação do polidesportivo; construção do Império do Divino Espírito Santo; manutenção e conservação dos núcleos museológicos e respetivos acervos; atividades culturais; construção de uma casa mortuária e pavimentação do caminho do Cemitério.

Acrescentou que algumas destas promessas já estão executadas, mas considerou que a perda da Escola Primária e a situação da rua de São José reduziram o peso cultural desta freguesia,

o que poderá ser agravado perante o risco da extinção da freguesia, caso a Reorganização Administrativa Autárquica venha a avançar.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que referiu que também gostaria de agradecer, em nome da Câmara Municipal, a disponibilidade da freguesia da Ribeira Chã em acolher a realização da presente sessão, pois é com agrado que a Câmara Municipal faz-se representar nessa comunidade, que é muito acolhedora.

Em relação ao tratamento das bermas do Pisão, informou que concorda com o exposto pelo Deputado Municipal Roberto Oliveira, pois há poucos dias pôde constatar exatamente essa situação na rotunda, junto à entrada a nascente da freguesia de Água de Pau. Inclusive tirou uma fotografia e enviou para o Senhor Diretor Regional das Obras Públicas, Tecnologia e Comunicações, porque é uma zona que está à entrada/saída da freguesia e como tal, convém manter em boas condições.

Informou ainda que iria transmitir ao Senhor Diretor Regional das Obras Públicas, Tecnologia e Comunicações a preocupação transmitida pelo Deputado Municipal Roberto Oliveira, pois apesar de grande parte do trânsito circular pela via rápida, não justifica o estado de abandono em que por vezes se encontram as bermas do Pisão.

Relativamente às questões colocadas sobre os compromissos eleitorais para a freguesia da Ribeira Chã recordou que há um ano atrás já fez uma intervenção semelhante. Assim, esclareceu que o programa eleitoral da freguesia da Ribeira Chã, bem como o das restantes freguesias, foi elaborado num quadro económico-financeiro totalmente diferente do atual, daí que seja perfeitamente normal que nem todos os compromissos estejam concretizados.

Relativamente à extinção/agregação de freguesias e após a experiência que houve a nível nacional, julga que nos Açores a autonomia, de certa forma, nos protegeu na aplicação dessa lei, pois não abrangeu as Regiões Autónomas. Aquando da realização do último congresso do Partido Socialista defendeu que nos Açores deveria manter-se tudo como está, nomeadamente, nas zonas rurais, admitindo que em alguns espaços urbanos possa haver ajustamentos como será o caso de Ponta Delgada ou Angra do Heroísmo, mas com o princípio de manter as 156 freguesias dos Açores e procurar os ganhos da eficiência para o lado das competências.

Acrescentou que após a realização das eleições autárquicas, se houver coragem e vontade política, existirão condições para se efetuar uma reforma ao nível das competências e no futuro ter ganhos de eficiência superiores aos que resultariam da própria extinção da freguesia.

Nos meios rurais, o papel das Juntas de Freguesia vai muito para além do que se verifica nos meios urbanos e, em sua opinião, a defesa do poder local deve ter essa linha de princípio. A Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores, com base nesse princípio, também defende que se deve avançar com uma reforma mais interessante e na lógica da eficiência e da redução de custos, em vez da extinção/agregação de freguesias, uma situação que teve a oportunidade de transmitir ao Presidente do Governo Regional dos Açores aquando da audiência de apresentação de cumprimentos.

Em relação às obras e compromissos que estão por executar referiu que a Câmara Municipal está empenhada, até ao final deste mandato, em concretizar alguns desses compromissos e deixar outros bem orientados. No caso concreto da Ribeira Chã, o que está em causa é garantir a sustentabilidade da freguesia, através da fixação de jovens naquela freguesia.

Em relação às questões colocadas pelo Deputado Municipal Roberto Oliveira relativamente à freguesia, informou que:

Todos os presentes nesta sessão têm conhecimento que ao longo destes últimos três anos, foi feito um grande esforço, quer por parte da Câmara Municipal, quer da Junta de Freguesia para encontrar um terreno para construção. O Governo Regional, numa primeira fase, informou que eram terrenos que ficavam localizados numa zona de risco. Posteriormente ficou acordado elaborar uma carta de risco, para em conjunto com a Câmara Municipal e o Laboratório Regional de Engenharia Civil, serem identificadas bolsas de terreno que reunissem condições de segurança para se construir. No decorrer deste processo também foi referido que o processo não avançava porque existiam algumas habitações desabitadas, esquecendo-se que as mesmas eram de emigrantes que passam lá as férias ou que, um dia mais tarde, pensam regressar às suas raízes, ou que ainda eram de herdeiros que não querem vender as mesmas.

Informou que após a tomada de posse do novo Governo Regional, já endereçou uma proposta de aquisição de um terreno devidamente identificado, com um conjunto de lotes numa zona central da freguesia.

É público que o Governo Regional tem seguido a orientação de não construir mais habitações mas sim de investir na reabilitação urbana, mas obviamente existem exceções e essa situação em concreto é de facto uma exceção, pois na Ribeira Chã não existe centro urbano que justifique aplicar o conceito de reabilitação urbana.

Em resumo acrescentou que este é um processo que está bem encaminhado, no entanto não sabe se ficará concluído até ao final do presente mandato, mas se existir a garantia da aquisição do terreno por parte do Governo Regional e a execução das respetivas infraestruturas, já se pode considerar como sendo uma vitória, pois foi sem dúvida um processo longo e desgastante.

- Quanto ao Polidesportivo e, como já teve oportunidade de esclarecer na última sessão desta Assembleia Municipal, foi executada uma intervenção que não resultou em pleno, estando a ser providenciada a colocação de um piso sintético, de forma a dotá-lo de melhores condições para a prática do desporto.

- Relativamente à Casa Mortuária, com a abertura do Centro Comunitário conseguiu resolver vários problemas da freguesia, nomeadamente a criação de um espaço para a realização das festas do Divino Espírito Santo e da ATL. Assim, a sala onde estava a funcionar a ATL irá ser adaptada a sala de apoio aos funerais, pois atendendo à dimensão da freguesia, não existe necessidade dos seus habitantes deslocarem-se à freguesia de Água de Pau.

- No que respeita ao acesso ao Cemitério, é intenção da Câmara Municipal, ainda durante o presente mandato, resolver o problema, bem como, proceder à reparação do adro da Igreja, que se encontra em péssimo estado.

- Quanto ao processo da rua de São José, já foi assinado o contrato ARAAL com o Governo Regional, estando a aguardar a transferência da verba no valor de 555.000,00€ para dar início à celebração dos acordos com as diversas famílias. Acrescentou que recentemente esteve no local, onde se apercebeu da queda de pequenos taludes, o que vem comprovar que o terreno continua instável.

- Sobre os núcleos museológicos informou que existe um protocolo de colaboração com o Centro Social e Paroquial da Ribeira Chã, bem como, o programa PRORURAL que disponibiliza verbas para esse tipo de intervenção. Há alguns anos atrás a intenção era que houvesse um modelo de gestão diferente, com uma maior participação da Câmara Municipal, mas no entanto não foi entendido assim. Informou que irá ser mantido o protocolo de colaboração que já foi assinado.

- No que concerne a projeto de inserção da Associação de Jovens este chegou a estar numa fase bastante avançada. Entretanto o Centro Social e Paroquial da Ribeira Chã interferiu no processo, manifestando a sua intenção de avançar com o projeto. Decorridos três anos, o facto é que o mesmo nunca chegou a avançar.

Para terminar a sua intervenção, referiu que a freguesia da Ribeira Chã tem condições naturais pelas infraestruturas que possui para ter uma boa oferta do ponto de vista turístico. É necessário que as entidades percebam as condições e que estejam disponíveis para interagir, o que por vezes nem sempre se verifica.

O Deputado Municipal Roberto Oliveira agradeceu as explicações prestadas pelo Senhor Presidente da Câmara e comentou que teve conhecimento que o Senhor Presidente, no início do corrente ano, aquando da apresentação de cumprimentos ao Senhor Presidente do Governo Regional, debateu sobre as obras de melhoria do Porto dos Carneiros na freguesia do Rosário. Assim, gostaria de saber se essa intervenção será só no Porto dos Carneiros ou se haverá alguma intervenção na orla costeira. De igual modo, questionou sobre a ETAR, para a qual se previa um investimento de um milhão de euros.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal. Este esclareceu que, na sua intervenção, referiu que, para concluir esse processo, faltava inaugurar a ETAR, a qual teve um investimento de cerca de um milhão de euros.

O Deputado Municipal Roberto Oliveira questionou se esse valor já se encontrava liquidado, tendo o Senhor Presidente da Câmara informado que 95% desse valor estaria pago. Relativamente ao processo de construção da ETAR, acrescentou que o conceito do tratamento dos efluentes evoluiu desde o início da sua concretização, face à publicação de nova legislação sobre essa matéria. Inicialmente era constituído por um conjunto de tanques de secagem de lama, os quais atualmente lá existem, mas que não irão ser utilizados. Posteriormente, surgiu o tratamento por ultravioleta, só que para além de um custo de investimento muito elevado, também tinha um custo de tratamento bastante elevado, pelo que se optou por outra solução, que possui os mesmos resultados, mas com um custo mais económico a nível de exploração. Os tanques que lá existem e que não serão necessários serão alvo de uma manutenção a efetuar pelos serviços camarários que irão proceder à remoção de entulho e à colocação de uma mistura de terra que é produzida pela AMISM, para plantação de plantas endémicas. Em suma, a obra está concluída, aguardando-se apenas os ensaios dos equipamentos.

Em relação à obra do Porto dos Carneiros, aquando da sua audiência com o Senhor Presidente do Governo Regional, transmitiu a sua preocupação com a conclusão das obras, dado que as mesmas pararam após as eleições regionais e agora aguarda-se a aprovação do orçamento por parte do Governo Regional dos Açores para a adjudicação e conclusão dos restantes trabalhos, pois existe o compromisso por parte do Governo Regional para que, durante este mandato, a obra avance pois é importante e estruturante para o nosso concelho, que, por um lado, vai proteger o complexo de piscinas municipais e por outro, irá resolver de uma vez por todas, os problemas daquele porto, que já foi alvo de diversas obras, cada uma pior do que a outra. O Senhor presidente da Câmara acrescentou ainda que, na audiência com o Senhor Presidente do Governo Regional, levantou a questão da revitalização da orla

marítima, solicitando que esta intervenção fosse executada no próximo quadro comunitário, em que o Governo garantirá o financiamento de 15%. Também solicitou parte da verba para conclusão do respetivo projeto, que vai desde a Pousada da Juventude até ao Porto dos Carneiros. Trata-se de uma intervenção minimalista, com zonas pedonais e de lazer, que não deve custar mais do que seiscentos mil euros.

O Museu do Presépio Açoriano foi outro dossier que apresentou na referida audiência, com o mesmo objetivo, de que, no próximo mandato seja garantido, pelo Governo, o financiamento de 15% e o restante de fundos comunitários. Para o corrente ano também foi solicitada uma ajuda financeira para pagar parte do projeto.

Também foi proposta a aquisição da Pousada da Juventude da Lagoa, com vista à redução do endividamento da autarquia, o que o Dr. Vasco Cordeiro não concordou por entender que não se devem construir mais pousadas, quando existem hotéis com a taxa de ocupação muito baixa; e a alienação de um terreno no Tecnoparque. O anterior Governo Regional pretendia que a Câmara Municipal cedesse mais um terreno no Tecnoparque mas foi entendimento não ceder mais nenhum terreno, tendo-se apenas cumprido com os compromissos que vinham do anterior executivo camarário, sendo que, os referidos terrenos foram cedidos por interesse público. Outra questão abordada relacionou-se com o OVGA, em que o Governo Regional deixou de apoiar financeiramente a instituição e cuja entidade subsiste atualmente apenas com o contrato-programa celebrado com a Câmara Municipal de Lagoa.

Também sugeriu algumas intervenções em caminhos rurais, lembrou o compromisso que existe para a construção da creche em Água de Pau e a “aldeia social” da Santa Casa da Misericórdia de Santo António da Lagoa. Também foi abordada a transferência da unidade de saúde de Água de Pau, que funciona na Casa do Povo, para o segundo piso da antiga Escola daquela freguesia.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

PONTO N.º 1 – REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:

Foi presente a proposta de revisão do Regimento da Assembleia Municipal de Lagoa – Açores.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal referiu que foi constituída uma comissão, composta por ela e pelos Deputados Municipais Paulo Jorge Borges, Roberto Oliveira e Maria do Rosário Afonso, a quem agradeceu a colaboração prestada na sua elaboração, sem a qual este não teria sido possível. Constatando-se que houve um lapso na redação da alínea o) do art.º 19.º, devendo onde se lê “Apresentar moções ou votos de louvor respeitantes a acontecimentos relevantes ou ações ou omissões dos órgãos da Administração Local, Regional

e Central” passar a ler-se “Apresentar moções, votos de louvor ou de protesto respeitantes a acontecimentos relevantes ou ações ou omissões dos órgãos da Administração Local, Regional e Central, bem como votos de pesar e de congratulação”, a Assembleia Municipal tomou conhecimento e aprovou por unanimidade a nova proposta do Regimento da Assembleia Municipal de Lagoa – Açores, com a retificação da alínea o) do art.º 19.º.

Mais deliberou aprovar em minuta esta deliberação para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro.

PONTO N.º 2 – INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ATIVIDADE CAMARÁRIA:

Para conhecimento da Assembleia Municipal, o Presidente da Câmara Municipal informou sobre a Atividade Camarária, de acordo com os documentos que foram disponibilizados a todos os deputados municipais.

PONTO N.º 3 – RELATÓRIO N.º 17/2012 – FS/SRATC – AUDITORIA AO MUNICÍPIO DE LAGOA:

Foi presente o Relatório n.º 17/2012-FS/SRATC – Auditoria ao Município da Lagoa - Dívida pública e encargos plurianuais (Processo n.º 12/104.03), elaborado pelo o Tribunal de Contas – Secção Regional dos Açores.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que esclareceu que o relatório é claro em relação às conclusões com base em determinados pressupostos, esses sim é que poderão ser ou não discutíveis. Mais informou que estava disponível para esclarecer alguma questão sobre essa matéria.

O Deputado Municipal Roberto Oliveira referiu que percebeu pela intervenção do Senhor Presidente, que o mesmo não se sentiu incomodado com o teor do relatório do Tribunal de Contas e, considerando que se trata de um assunto que continua a incomodar-lhe, apresentou o seguinte voto de protesto:

“Não temos qualquer dúvida que o Senhor Presidente da Câmara da Lagoa, Eng. João Ponte, Vereadores do Partido Socialista e do Partido Social Democrata, são pessoas idóneas, que amam a sua Terra, caso concreto o nosso concelho da Lagoa. A Câmara municipal da Lagoa desenvolveu ações que apreciamos umas mais que outras é verdade, designadamente:

- Elevação de Vila a cidade;
- O Saneamento básica na Vila de Água de Pau;
- A reconstrução do Convento dos Frades;

- O início das obras do Cine Teatro Ferreira da Silva;
- O apoio à cultura;
- O apoio à educação;
- O apoio ao desporto.

Mas também, condenamos a execução de algumas obras, Tecnoparque e Pousada da Juventude, que embora a serem consideradas importantes para o nosso concelho, foram executadas em datas despropositadas.

Proponho que se vote nesta Assembleia um VOTO DE PROTESTO à Câmara Municipal de Lagoa, pela sua gestão autárquica que proporcionou uma grande dívida ao município, que publicamente já foi condenada por muitos municípios e pelo Tribunal de Contas, dívida esta que põe em causa o bom funcionamento presente e futuro da autarquia, das suas preocupações e seus descendentes.”

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação o voto apresentado, tendo a Assembleia deliberado por maioria, com os votos a favor dos Deputados Municipais Roberto Oliveira, Paulo Jorge Borges, Francisco Vieira e Leonel da Silveira dos vinte e um membros presentes, não aprovar o voto de protesto apresentado pelo Deputado Municipal Roberto Oliveira.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado solicitou a palavra para defesa de honra relativamente ao voto de protesto apresentado pelo Senhor Deputado Municipal Roberto Oliveira. Informou que apreciou parte do teor do mesmo, no entanto não pode deixar de refutar parte das acusações referentes à Câmara Municipal. Pôde constatar que as palavras mais agressivas foram dirigidas à Câmara Municipal como se fosse ela a única responsável pelo endividamento em que o Município se encontra atualmente. Todos têm conhecimento que as decisões do aumento do endividamento, da criação da Empresa Municipal da Lagoa ou de outras empresas público-privadas foram sempre com a autorização desta Assembleia Municipal. Deste modo, entende que o voto de protesto apresentado está desenquadrado, porque remete toda a responsabilidade para a Câmara Municipal, quando ela deveria ser também imputada à Assembleia Municipal e a quem votou todas as decisões que levaram a esse endividamento. Não pode ser nunca a Câmara Municipal, os Vereadores do Partido vencedor e também os da oposição os únicos responsáveis por esse mesmo endividamento. Entende que a observação feita pelo Deputado Municipal Roberto Oliveira está desenquadrada daquilo que é a realidade da gestão do Município. No documento apresentado é referido o Presidente da Câmara Municipal e os Vereadores do PS e do PSD, quando os vereadores do PSD, em inúmeras situações desta natureza de aumento da dívida, votaram

contra. Deste modo, jamais podem estar associados ao aumento da dívida uma vez que votaram contra.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que leu um conjunto de reflexões, não para defesa de honra, mas para defesa do Município, nomeadamente:

"No seguimento da auditoria efetuada pelo Tribunal de Contas à dívida pública e encargos plurianuais do Município de Lagoa, e muito em particular sobre o nível de endividamento e da equidade intergeracional, apresento à Assembleia Municipal as seguintes considerações.

Com mais ou menos intensidade os diferentes executivos camarários sempre recorreram ao endividamento de forma a assegurar os necessários recursos financeiros para promover investimentos municipais que foram decisivos no aumento substancial da qualidade de vida aos munícipes e no grande desenvolvimento e crescimento que, nas últimas duas décadas, mudaram a face do nosso concelho.

Por outro lado, se não tivéssemos investido, e nessa medida com recurso ao endividamento, também não teriam sido realizadas diversas obras estruturantes e em áreas para as quais a autarquia tem competências, como, no ambiente, na área social, na cultura, na educação, no desporto e nos setores económicos. Em anexo apresento uma relação dos empréstimos que este município encontra-se a liquidar.

É importante compreender que o recurso ao endividamento, permitiu, ao longo da última década, que o Município apresentasse uma estrutura de receitas, maior destinada ao financiamento de outras atividades municipais como por exemplo, os apoios às instituições e associações que prestam serviços de interesse público no concelho.

Por exemplo, refira-se que nos últimos 8 anos, o município transferiu cerca de 7,3 milhões de euros, o que representa cerca de 91% do valor total da dívida de médio e longo prazo do município e de 30 % da dívida de médio e longo prazo consolidada. Acresce ainda, que nos últimos 2 mandatos o executivo municipal recorreu ao endividamento de médio e longo prazo para a concretização de outros empreendimentos, considerados na altura estruturantes e importantes para o desenvolvimento do concelho, como foram o Tecnoparque, a Pousada da Juventude e a Requalificação da Baixa d'Areia.

Difícil é imaginar como seria o nosso concelho hoje, sem estes investimentos realizados nas últimas duas décadas.

Se não tivéssemos recorrido ao endividamento no passado, não seria possível, atualmente, ou num futuro próximo, realizar estes ou outros investimentos, com o atual quadro de austeridade, de perda de receitas próprias e de ataques constantes à autonomia do poder local, em claro prejuízo no desenvolvimento do concelho.

Acresce que a realidade financeira atual do Município não afeta nem impede investimentos futuros. A taxa atual de esforço do serviço da dívida irá permitir que, no período 2014-2020, na vigência do próximo quadro comunitário de apoio, o Município tenha capacidade integral de libertação de verbas próprias para poder realizar na Lagoa investimentos no montante de 15 milhões de euros, utilizando assim todos os fundos comunitários e respeitando, de igual modo, o princípio da equidade intergeracional. É por isso falso que o custo com serviço da dívida colocará a Lagoa num período de estagnação de investimentos.

Não me parece que seja correto falar em equidade intergeracional, sem pelo menos fazer uma referência aos prejuízos que seriam assumidos pelas gerações futuras pela não concretização destes empreendimentos no concelho. Ou seja é de esperar que os ganhos desta geração e das futuras gerações, em resultado destes investimentos, que se vão repercutir para além do período de amortização das dívidas, sejam muito superiores aos encargos do serviço da dívida. No limite, se não tivéssemos investido, correríamos o risco do concelho estagnar.

Em 2013, a autarquia terá 86,4% do seu orçamento total disponível, para fazer face aos seus compromissos e a novos investimentos, ficando 13,6% do seu orçamento afeto a encargos financeiros com empréstimos de médio e longo prazo, sendo a tendência desta percentagem diminuir ao longo do tempo.

É por isso falso que o Município da Lagoa afetará cerca de 20% do seu orçamento ao serviço da dívida. É importante ainda referir que, sempre cumprimos com as nossas obrigações com a banca.

O Município de Lagoa tem efetuado, nos anos últimos anos, de 2009 a 2012, um esforço acentuado no corte da despesa corrente, com uma redução de 1,1 milhões de euros. De referir que, apesar das despesas correntes serem essencialmente constituídas por despesas com pessoal e aquisição de bens e serviços, apresentando assim um comportamento pouco flexível, existe, ainda, alguma margem para redução da despesa, se tal se verificar necessário, para garantirmos o cumprimento dos nossos compromissos com o serviço da dívida.

Em relação ao alegado ceticismo demonstrado pelo Tribunal de Contas quanto às reais possibilidades de incumprimento das obrigações mínimas a que o Município está sujeito, devo referir, por um lado que a análise daquele órgão consubstanciada em projeções de custos e receitas, não teve em conta, por exemplo, o recurso a alienação de património nem às dinâmicas e aos ajustamentos necessários que ocorrerão ao longo do próximos anos.

O valor do património consolidado do município é atualmente de 76 milhões de euros. Neste valor está incluindo o valor patrimonial dos lotes do Tecnoparque, que naturalmente, ao longo do período em análise, irão gerar receitas extraordinárias.

Importa ainda referir, que as poupanças de custos com pessoal no período em causa, pela extinção do lugar de adjunto do gabinete e pela passagem de funcionários à reforma (nos próximos 10 anos serão 24 e não se prevê que seja necessário o recrutamento de novos colaboradores para substituição) será, a preços atuais, cerca de 7 milhões de euros.

Em bom rigor, se o Tribunal de Contas tivesse em conta estes dois pressupostos, naturalmente as conclusões seriam mais ponderadas.

O relatório da auditoria refere que a autarquia utilizou o recurso a empréstimos bancários de curto prazo. É importante referir que esta possibilidade é uma faculdade legal, tendo o Município recorrido a este mecanismo para fazer face a dificuldades de tesouraria, uma vez que a arrecadação das receitas não tem um comportamento estável ao longo dos meses do ano, ajudando assim à redução da dívida que o Município tem perante os seus fornecedores, já que esta política é uma das prioridades deste executivo e dos próprios compromissos assumidos pelo Governo Português no âmbito da reestruturação da dívida pública.

De facto os empréstimos de curto prazo, contraídos desde 2009, não foram submetidos a fiscalização prévia pelo Tribunal de Contas, apenas por uma imponderada interpretação da lei por parte dos serviços que entenderam e, por consequência, informaram que, sendo os mesmos de curto prazo, não seriam alvo de visto prévio pelo Tribunal de Contas. Desta forma, esta Câmara Municipal seguiu a orientação dada pelos respetivos serviços, convicta de que operava dentro do disposto na lei. Esta situação foi, em 2013, totalmente corrigida e ultrapassada, e o Município não foi prejudicado em nada.

Importa ainda clarificar que o signatário, a título pessoal, assumiu a responsabilidade das irregularidades identificadas no relatório de auditoria do Tribunal de Contas, e que, de forma voluntária, pagou a multa, a que foi condenado, no valor de 1.530 euros.

Do modelo de organização e de gestão do Município resulta que este detém uma Empresa Municipal, que por sua vez detém uma participação numa Sociedade Anónima – Portas da Lagoa, Sociedade de Desenvolvimento de Lagoa, S.A., e na Empresa Intermunicipal - EIRSU. O atual modelo visou o financiamento permitido por lei, a uma dinâmica de investimento municipal que visava, essencialmente, o crescimento e desenvolvimento económico do concelho.

A delegação de competências na sua única Empresa Municipal procurou objetivos de eficiência e de eficácia, facilitados por um regime jurídico nitidamente mais flexível e desburocratizado, uma estrutura mais ágil e uma relação de custo benefício mais favorável.

A falta de autosustentação apontada no relatório tem em conta apenas critérios contabilísticos de mensuração dos ganhos afetos à atividade da empresa, e ignora, por isso, a natureza do verdadeiro serviço público que é prestado pela empresa. Refira-se que o novo regime jurídico do setor empresarial local vem dar ênfase a esta questão, o que tem, como

consequência, a alteração dos valores dos indicadores que traduzem a sustentabilidade financeira e económica da empresa.

A concretização do Tecnoparque pelo Município de Lagoa, através da Portas da Lagoa, S.A., já permitiu por si só e até ao momento, um investimento por parte do Governo Regional de 4,4 milhões de euros, na construção das caves do Parque Tecnológico de São Miguel, mais 9 milhões de euros, na construção do edifício destinado à implantação do Parque de Ciência e Tecnologia de São Miguel, para além do investimento já concretizado de 1,6 milhões de euros, com a construção do EXPOLAB, integrando este hoje um dos 20 centros da rede de Ciência Viva, do país. A concretização destes empreendimentos no montante global de 15 milhões de euros, vem assim confirmar, aquilo que sempre dissemos, que o Tecnoparque seria um investimento reprodutível.

Permitiu também colocar a cidade da Lagoa no roteiro de Parques Tecnológicos. Num universo de 159 cidades existem apenas 14 cidades no país, com este tipo de equipamento, sendo eles: Nonagon – Lagoa (Açores); Algarve STP – Faro; Biocant Park – Cantanhede, Lispolis – Lisboa; Madan Parque – Almada; Madeira Tecnopolo – Funchal; Parkurbis – Covilhã; Portuspark – Maia; PTM/A – Almada; Taguspark – Oeiras; TagusValley – Abrantes; Tecmaia – Maia; Sanjotec – São João Madeira; e Tecnopolo Coimbra – Coimbra.

Note-se que a concretização do Tecnoparque foi decidida num contexto económico e financeiro, completamente diferente do que se verifica atualmente, nada fazendo prever esta situação, onde as receitas cresciam, na altura, de forma sustentada, sendo de realçar que a autarquia perdeu, nos últimos 5 anos, cerca de 4 milhões de euros, só em taxas e impostos provenientes da atividade imobiliária. Ou seja, apenas esta componente da receita que perdemos era suficiente para o pagamento dos encargos do serviço da dívida com o Tecnoparque. Fica assim claro que não houve ligeireza ou facilidade nos procedimentos de assunção de compromissos futuros.

Importa ainda referir que este investimento não terá qualquer custo de exploração, tendo unicamente encargos financeiros.”

Em suma são essas as reflexões que gostaria de deixar para a defesa do bom nome da Câmara Municipal e para memória futura.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal interveio e comentou que não pode deixar de concordar com o senhor Vereador Carlos Augusto Furtado quando referiu que existe a assunção da responsabilidade de todos os membros da Assembleia Municipal, ao votar a favor, contra ou abster-se sobre os assuntos presentes nas sessões da Assembleia Municipal.

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que acrescentou que, para o bem ou para o mal, sempre assumiu as suas

responsabilidades. No atual sistema, a figura do Presidente da Câmara Municipal é o elemento mais focalizado e o Tribunal de Contas nessa matéria é bem claro. Em bom rigor a Assembleia Municipal é a entidade que aprova todas as propostas da Câmara Municipal, mas caso não as aprovasse não haveria harmonia na gestão autárquica. Percebe-se que tem que existir sintonia, mas obviamente que quem decide as políticas do concelho é o executivo e estas sempre foram decididas com base em determinados pressupostos. Existe um conjunto de circunstâncias que, ao longo do tempo se alteraram, pois está ligado à Assembleia Municipal desde o ano de 1997 e tem vindo a acompanhar a evolução do poder local. Percebe os votos de protesto, pois estes fazem parte da atividade política e também não estava à espera que o Deputado Municipal Roberto Oliveira apresentasse um voto de louvor, no entanto, julga que há que ser realista e perceber que a situação ao longo dos últimos anos se alterou. Aceita a intenção do voto de protesto e agradece a sua rejeição como um sinal de confiança.

O Deputado Municipal Roberto Oliveira esclareceu que, neste momento, a Câmara Municipal de Lagoa deve vinte e oito milhões de euros e que não votou o orçamento para o corrente ano no valor de quinze milhões de euros para a construção do Tecnoparque, mas pertence a esta Assembleia Municipal, à qual foi presente o assunto em causa. Teve o cuidado de não atacar diretamente o senhor Presidente da Câmara Municipal mas sim a Câmara Municipal, se não conseguiu transmitir aquilo que sentia, pede desculpas, mas como membro desta Assembleia Municipal tinha de tomar uma posição. Como não votou para a referida dívida, foi este o motivo que o levou a apresentar o referido voto de protesto.

Referiu que, por vezes, existem obras que se iniciam mas que devido a dificuldades financeiras não são concluídas. Como a Assembleia Municipal é um órgão deliberativo, cabe ao Senhor Presidente ou à Câmara Municipal tomar essa decisão. Nesse caso em concreto foi entendido não parar com a construção do Tecnoparque e a situação é a que se pode constatar. Como membro desta Assembleia Municipal e membro da oposição, entendeu que deveria manifestar a sua posição, pois foi para isso que foi eleito.

O Senhor Vereador Carlos Augusto Furtado interveio para clarificar que ninguém está a responsabilizar o Deputado Municipal Roberto Oliveira pelo endividamento dos vinte e oito milhões de euros, a sua chamada de atenção foi para responsabilizar as votações maioritárias desta Assembleia Municipal, pois estas sim é que são as responsáveis pela dívida.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

PONTO N.º 4 – PROPOSTA DE DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO DA EMPRESA MUNICIPAL DE LAGOA E AQUISIÇÃO DE 51% DAS PORTAS DA LAGOA S.A.:

Pela Câmara Municipal foi presente o ofício n.º 51 datado de 28 de janeiro do corrente ano, enviado pela EML – Empresa Municipal de Urbanização, Requalificação Urbana e Ambiental e Habitação Social de Lagoa EM, cujo teor abaixo se transcreve:

“Em 31 de agosto de 2012, é publicada a Lei n.º 50/2012 que vem estabelecer novas regras para a atividade empresarial local e participações locais, revogando, entre outros diplomas, a Lei n.º 53-F/2006, de 29 de dezembro que, até então, regulava o Setor Empresarial Local.

No seu artigo 62.º, a Lei n.º 50/2012 define quais as empresas locais que poderão continuar a sua atividade e as que, obrigatoriamente, no prazo de seis meses, contados a partir da data de entrada em vigor da referida Lei, deverão ser dissolvidas.

De acordo com o referido artigo, deverão ser obrigatoriamente alvo de deliberação de dissolução as empresas locais em que, nos últimos três anos (2009, 2010 e 2011), se verifique uma das seguintes situações:

- a) As vendas e as prestações de serviços nos últimos três anos não cobrem, pelo menos, 50% dos gastos totais dos correspondentes exercícios;
- b) Quando se verificar que, nos últimos três anos, o valor dos subsídios à exploração é superior a 50% das receitas;
- c) Quando se verificar que, nos últimos três anos, o valor do resultado operacional subtraído do valor correspondente às amortizações e depreciações é negativo;
- d) Quando se verificar que, nos últimos três anos, o resultado líquido é negativo;

De acordo com as demonstrações financeiras aprovadas da EML os valores das mesmas constata a não verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e b) do artigo 62.º da Lei 50/2012.

Daqui resulta a obrigatoriedade de dissolução da Empresa Municipal de Lagoa mediante prévia deliberação da Assembleia Municipal, competindo ao mesmo órgão definir os termos da liquidação do respetivo património, conforme previsto no artigo 61.º, n.º 2 da Lei 50/2012.

A dissolução das empresas obedece ao regime jurídico dos procedimentos administrativos de dissolução e liquidação de entidades comerciais (artigo 62.º, n.º 4 da Lei 50/2012).

A par da dissolução de empresas locais encontra-se prevista a possibilidade de internalização das respetivas atividades nos serviços da entidade pública participante (artigo 65.º da Lei 50/2012).

Reconhecendo a relevância e o caráter eminentemente público das atividades desenvolvidas pela EML, é proposta ao município, a internalização das respetivas atividades nos serviços da Câmara Municipal de Lagoa. Para o efeito remete-se em anexo o plano de internalização.

Em simultâneo sugerimos que a Assembleia delibere sobre a proposta de aquisição das participações sociais na Portas da Lagoa S.A, submetida a 20/12/2012 (documento anexo) e aprovada em reunião de Câmara ocorrida a 28/12/2012 de acordo com documento anexo, sendo esta a única forma de cumprir o espírito e estipulado no artigo 68.º da Lei 50/2012,“.

De seguida, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que esclareceu que se trata de dar cumprimento à nova legislação do setor empresarial local que, no caso das Portas da Lagoa, obriga à aquisição das participações dos privados, dado que os privados não estarão interessados na aquisição dos 49%. Com esta operação, integra-se a Sociedade Anónima na Empresa Municipal e, posteriormente, terá lugar o processo de dissolução da EML, de modo a cumprir-se a legislação. A aquisição dos 51% vai a visto do Tribunal de Contas, sendo a dissolução da Empresa Municipal comunicada à Direção Geral das Autarquias Locais e à Inspeção Geral das Finanças.

No período de 6 meses haverá que decidir a situação do pessoal que está afeto à Empresa Municipal. O mesmo será todo internalizado na Câmara Municipal através de contratos de cedência de interesse público, de modo a continuarem a prestar esses serviços na Autarquia. Os referidos contratos serão celebrados no mês de novembro, após as eleições autárquicas, pelo que será o novo executivo camarário a tratar dessa questão.

Por outro lado, o processo de liquidação da Empresa Municipal poderá demorar até 3 anos. A título de exemplo referiu que a Câmara Municipal de Angra do Heroísmo é a única da Região Autónoma dos Açores que, no passado mês de Dezembro, encerrou a sua Empresa Municipal tendo integrado todos os funcionários afetos à mesma na Câmara Municipal. Esclareceu que foi um processo relativamente rápido, porque a mesma não possuía passivo.

O maior risco da Câmara Municipal da Lagoa não será o seu passivo, mas sim a banca impor novos spread's em virtude da alteração dos titulares dos contratos. Essa é uma possibilidade real, daí que a estratégia seja cumprir com as questões legais impostas pela legislação sobre essa matéria. Na sua opinião, o Governo Regional dos Açores terá que elaborar um diploma de modo a salvaguardar os spread's dos contratos das Empresas Municipais ou das Sociedades Anónimas participadas pelos Municípios, para estes não serem alterados quando houver fusões.

Sobre o assunto, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade dos vinte e um membros presentes:

1.º Aprovar a proposta de dissolução e liquidação da EML – Empresa Municipal de Urbanização, Requalificação Urbana e Ambiental e Habitação Social de Lagoa EM;

2.º Aprovar em minuta esta deliberação para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro.

Pela Câmara Municipal foi ainda presente o ofício n.º 247 datado de 20 de dezembro do ano transato, enviado pela EML – Empresa Municipal de Urbanização, Requalificação Urbana e Ambiental e Habitação Social de Lagoa EM, cujo teor abaixo se transcreve:

“A Sociedade Portas da Lagoa, SA é participada em 49% pela EML – Empresa Municipal de Urbanização, Requalificação Urbana e Ambiental e Habitação Social de Lagoa, E.M., (cujo capital social é, por sua vez, integralmente pertença do município da Lagoa), sendo o remanescente do capital, das Portas da Lagoa SA, detido por privados em estreita cooperação na realização do interesse público.

Ora, tem sido entendimento do Tribunal de Contas que as Empresas Participadas de forma direta ou indireta pelos Municípios que sejam financiadas com recurso quase exclusivo aos capitais municipais, são empresas do Setor Local.

Tem sido exigido mesmo às entidades públicas participantes nas empresas do setor local a cobertura dos prejuízos apurados nas participadas na proporção dos capitais detidos, mesmo nas que não detidas em + de 50%, o que se traduz num efetivo ganho para os privados. Não existe preceito legal que obrigue os acionistas privados a cobrir os prejuízos da Portas da Lagoa, SA como o Tribunal de Contas o exige à Empresa Municipal de Lagoa, E.M., que detém 49 % do capital da Portas da Lagoa, S.A..

A referida sociedade, levou a efeito uma operação de loteamento urbano na zona do Pombal, desta vila.

Tal operação concretizou o plano de pormenor do Pombal, tendo promovido a construção, a gestão e a exploração de áreas, equipamentos e infraestruturas de desenvolvimento urbano e de construção prioritária no Concelho da Lagoa. No desenvolvimento do mesmo, está a realizar-se no loteamento em causa um empreendimento designado por “Tecnoparque”, constituído por diversos equipamentos destinados a habitação, comércio, desporto e lazer e ao exercício de atividades técnicas e científicas de elevado valor acrescentado. Acresce que o empreendimento em causa secciona na sua parte viária um dos eixos estruturantes da circulação rodoviária no concelho.

Este empreendimento, só por si e pela sua função estruturante para o desenvolvimento do concelho, constitui elemento caracterizador da utilidade pública e do interesse geral e, em especial, local.

Ora, a Portas da Lagoa, SA, teve prejuízos em 2011 que foram cobertos em 49% pela Empresa Municipal de Lagoa, E.M., e vai ter prejuízos em 2012, que também deverão ser cobertos pela Empresa Municipal Local, de acordo com exigência do Tribunal de Contas.

Por outro lado e de acordo com a Lei n.º50/2012, de 31 de agosto, deverão ser dissolvidas todas as sociedades locais que não cumpram os critérios definidos no seu artigo 62.º, nomeadamente quando se verificar que, nos últimos três anos, o resultado líquido é negativo. Por conseguinte, a Empresa Municipal de Lagoa, E.M. será dissolvida, impondo-se, antes disso, a aquisição das participações detidas pelos privados na Portas da Lagoa, S.A, pelas razões de interesse público a seguir concretizadas.

Assim, considerou a Administração da Empresa Municipal de Lagoa, E.M., que deveria propor, desde já, a aquisição das ações de todos os acionistas privados na Portas da Lagoa, SA pelo preço de 0,05€ (cinco cêntimos) por ação (0,05% do valor nominal – de 1€) e mandar os seus representantes na Portas da Lagoa, S.A, para procederem, nos termos dos estatutos e da Lei, à amortização de todas as ações detidas pela acionista e insolvente Eng. Luís Gomes, SA, de modo a que o Município possa gerir, direta e autonomamente, o empreendimento acima referido e, ao mesmo tempo, evitar que as transferências de verbas do erário municipal para a Portas da Lagoa, S.A., aproveitem em 51% aos atuais acionistas privados, o que todo merece a minha concordância.

Assim, ao abrigo do artigo 53.º e 54.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, proponho que se delibere aprovar a aquisição das participações da Empresa Municipal de Lagoa, E.M. na Sociedade Portas da Lagoa, S.A., para, posteriormente, ser remetido para Assembleia Municipal para deliberação de aquisição final. "

O Deputado Municipal Paulo Jorge Borges interveio para referir que achava estranho o facto da Câmara Municipal deter apenas 49% da Sociedade Portas da Lagoa, pois se fosse proprietário de um terreno nunca ficaria com 49% e daria ao vizinho 51%.

De seguida questionou que se, vendendo cada ação a 0,50€, quanto ficará a custar essa aquisição? Bem como, quem eram os acionistas privados, para além do que está mencionado em ata?

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que esclareceu que, relativamente às percentagens referidas, as mesmas se devem ao modelo de financiamento, pois se Autarquia detivesse 51% os empréstimos contariam para o endividamento líquido do município, o que seria um travão, não permitindo avançar. Na altura não havia outra alternativa, situação que mais tarde se veio a alterar com a alteração à Lei das Finanças Locais.

Quanto ao valor da aquisição são de 700€ cada quota, que multiplicando por quatro acionistas dá o valor de 2.800,00€. Os acionistas são as empresas Irmãos Cavaco, Somague – Ediçor, Marques SA e Eng.º Luís Gomes.

O Deputado Municipal Paulo Jorge Borges ressaltou, de modo a esclarecer alguns membros desta Assembleia Municipal que possam não ter estado na anterior legislatura, que o Grupo Parlamentar do PSD nunca votou contra a construção do Tecnoparque mas sim contra o seu modelo de gestão. Na altura encontrava-se presente, tendo votado contra o modelo de gestão, assim como o Deputado Municipal Leonel da Silveira e Vereador Rui Ramos, mas nunca contra à construção do Tecnoparque.

Sobre o assunto, a Assembleia Municipal constatou a existência de um manifesto lapso na redação do último parágrafo da proposta como, aliás, resulta da contradição dos pressupostos da deliberação, os quais claramente indicam que a intenção é a aquisição pela Empresa Municipal de Lagoa das participações sociais dos demais acionistas da Sociedade Anónima em causa.

Por conseguinte, interpretando corretamente a vontade do órgão executivo e por merecer a concordância deste órgão, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com as abstenções dos Deputados Municipais Paulo Jorge Borges e Francisco Vieira, dos vinte e um membros presentes:

1.º Aprovar aquisição das ações de todos os acionistas privados na Sociedade Portas da Lagoa SA, sendo esta a única forma de cumprir o espírito estipulado no art.º 68.º da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto;

2.º Aprovar em minuta esta deliberação para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro.

PONTO N.º 5 – PARECER – ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS DA MUSAMI:

Pela Câmara Municipal foi presente o ofício n.º 126/2013 P.60/2013 datado de 23 de janeiro do corrente ano emanado da AMISM – Associação de Municípios da Ilha de São Miguel, solicitando ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 44.º e alínea b) do n.º 1 do artigo 8.º ambos da Lei n.º 53/F/2006, de 29 de dezembro, a emissão de parecer por parte da Assembleia Municipal relativamente à alteração dos Estatutos da MUSAMI, por forma a adaptar os referidos estatutos à Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal esclareceu que se trata apenas de adaptar os Estatutos da MUSAMI à nova lei do setor empresarial local.

O Deputado Municipal Paulo Jorge Borges referiu que, pela leitura que fez ao art.º 13.º, presumiu que não existia um teto para a remuneração dos administradores, fiscal único ou

secretário. Assim, questionou o Senhor Presidente da Câmara Municipal se existia algum limite, tendo o Senhor Presidente informado que não existia nenhum limite.

Por esta razão, o Deputado Municipal Paulo Jorge Borges informou que o seu parecer era negativo.

Sobre o assunto, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria com três votos contra dos Deputados Municipais Paulo Jorge Borges, Francisco Vieira e Leonel Silveira e a abstenção do Deputado Municipal Roberto Oliveira, dos vinte e um membros presentes:

1.º Emitir parecer favorável à alteração dos Estatutos da MUSAMI;

2.º Aprovar em minuta esta deliberação para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro.

PONTO N.º 6 – PROPOSTA – ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO, EDIFICAÇÃO E TAXAS DO MUNICÍPIO DE LAGOA – AÇORES:

Pela Câmara Municipal foi presente a proposta de alteração ao Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e Taxas do Município de Lagoa – Açores, cujo teor abaixo se transcreve:

“Em 31 de dezembro de 2012, foi publicado o Decreto-Lei n.º 266-B/2012, que estabelece o regime de determinação do nível de conservação dos prédios urbanos ou frações autónomas, arrendados ou não, para os efeitos previstos em matéria de arrendamento urbano, de reabilitação urbana e de conservação do edificado.

A determinação do nível de conservação de um prédio urbano ou de uma fração autónoma é ordenada pela Câmara Municipal, oficiosamente ou a requerimento do proprietário, usufrutuário ou superficiário, do senhorio ou do arrendatário, ou de outras pessoas previstas na lei.

Os níveis de conservação refletem o estado de conservação de um prédio urbano ou de uma fração autónoma e a existência, nesse prédio ou nessa fração, de infraestruturas básicas. De acordo com o n.º 2 do artigo 5.º do referido Decreto-Lei, são cinco os níveis de conservação: 5 – Excelente; 4 – Bom; 3 – Médio; 2 – Mau e 1 – Péssimo. A determinação do nível de conservação é válida pelo período de três anos.

Quando da determinação resulte um nível de conservação mau ou péssimo, o proprietário, o usufrutuário, o superficiário ou o arrendatário podem requerer à Câmara Municipal a descrição das obras a efetuar para se atingir o nível médio. Quando for atribuído ao prédio nível médio ou bom, o proprietário ou o usufrutuário pode ainda requerer a descrição das obras necessárias para se atingir nível superior.

O Regime Jurídico da Urbanização e Edificação foi alterado, no artigo 90.º, sob a epígrafe “Vistoria prévia” que passou a incluir a descrição do estado do imóvel e a identificação do seu estado de conservação, apurado através da determinação do nível de conservação do imóvel, de acordo com o disposto no artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 266 -B/2012, de 31 de dezembro.

Considerando que:

- Nos termos do artigo 3.º do referido diploma, a determinação do nível de conservação, é realizada por arquiteto, engenheiro ou engenheiro técnico inscrito na respetiva ordem profissional e designados pela Câmara Municipal;
- São devidas taxas pela determinação do nível de conservação e pela definição das obras necessárias para a obtenção de nível de conservação superior, sendo que as referidas taxas constituem receita municipal.

Assim, proponho que a Câmara Municipal delibere:

1- A designação dos seguintes Técnicos da Câmara Municipal, nos termos do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 266-B/2012, de 31 de dezembro:

- Arquiteto Pedros Matos
- Arquiteto Duarte Nápoles
- Arquiteta Helena Menezes

2- Submeter para aprovação da Assembleia Municipal a alteração ao Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e Taxas do Município de Lagoa – Açores, nomeadamente, a Tabela XIII – Vistorias, para incluir o ponto n.º 10:

TABELA XIII

Vistorias

- 1 - ...
- 2 - ...
- 3 - ...
- 4 - ...
- 5 - ...
- 6 - ...
- 6.1 - ...
- 7 - ...
- 8 - ...
- § ...
- 9 - ...
- 9.1 - ...

a) ...

b) ...

c) ...

10 - Vistorias para determinação do nível de conservação e pela definição das obras necessárias para a obtenção de nível de conservação superior:

10.1 - 1 unidade de conta processual (UC), calculada nos termos do n.º 2 do artigo 5.º do Regulamento das Custas Processuais, pela determinação do nível de conservação;

10.2 - 0,5 UC pela definição das obras necessárias para a obtenção de nível de conservação superior;

10.3 - As taxas previstas nos números anteriores são reduzidas a um quarto quando se trate de várias unidades de um mesmo edifício, para cada unidade adicional à primeira;

10.4 - O pagamento das taxas é efetuado simultaneamente com a apresentação do requerimento a que respeitem.

Nota: Estas taxas são definidas por Unidades de Conta Processuais (UC). Atualmente, uma UC corresponde a 102,00 € (cento e dois euros)."

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade dos vinte e um membros presentes:

1.º Aprovar a alteração ao Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e Taxas do Município de Lagoa – Açores, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro;

2.º Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro.

PONTO N.º 7 – OUTROS:

O Senhor Presidente da Câmara Municipal interveio para informar que, no seguimento da audiência que teve com o Senhor Presidente do Governo Regional, não referiu duas questões:

- A requalificação da Escola Básica EB 2,3 Padre João José do Amaral que, apesar de se encontrar ainda em condições razoáveis, necessita de uma intervenção;

- O avanço do Parque Tecnológico "Nonagon" para outras fases, pois o desenvolvimento do Tecnoparque passa pela conclusão daquele equipamento. O Governo Regional também está empenhado, nomeadamente em trazer para o local algumas empresas de renome, de modo a ser possível incentivar a vinda de empresas de outros ramos de atividade, nomeadamente na área das comunicações e das novas tecnologias. Neste momento estão em negociação com dois potenciais investidores, sendo que um deles é o Centro de Inspeções. A respetiva

legislação vai ser brevemente alterada, permitindo a abertura de mais dois centros de inspeção em São Miguel. Neste sentido está a diligenciar junto do Governo Regional para que a referida legislação não impeça que a menos de 10km possa existir outro centro de inspeção.

Outro projeto bastante interessante é na área da medicina nuclear, com tratamentos e diagnósticos de alguns tipos de cancro. Esse projeto já havia sido anunciado para a ilha Terceira, mas devido a dificuldades na disponibilização de terrenos por parte do Governo Regional o projeto nunca chegou a avançar e o empresário em causa já foi informado que a Autarquia está disponível para implementar um conjunto de incentivos, nomeadamente ao nível das taxas e isenção de IMI durante alguns anos, com vista à vinda do referido projeto para o Tecnoparque.

Para terminar, referiu que a Câmara Municipal também se associava ao voto de pesar aprovado por esta Assembleia Municipal, pelo falecimento do senhor João Alberto Borges Tavares e que na próxima reunião camarária irá igualmente propor um voto de pesar nesse sentido.

ASSUNTO NÃO INCLUÍDO NA ORDEM DE TRABALHOS:

PROPOSTA DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DE DISTINÇÕES HONORÍFICAS DO MUNICÍPIO DE LAGOA – AÇORES:

Pela Câmara Municipal foi presente a proposta de alteração relativa ao Regulamento de Distinções Honoríficas do Município de Lagoa-Açores, cujo teor abaixo se transcreve:

“Por lapso dos serviços camarários, na alínea c) do artigo 2.º, Secção I, do Regulamento das Distinções Honoríficas do Município de Lagoa e no artigo 10.º, Secção IV, lê-se “cidadão honorário do Município de Lagoa” e deverá ler-se “cidadão honorário do Concelho de Lagoa.” Assim sendo, proponho a alteração da alínea c) do artigo 2.º, Secção I, do Regulamento das Distinções Honoríficas do Município de Lagoa”, bem como no artigo 10.º, Secção IV, que deverá ter a seguinte redação:

“Artigo 2º

Distinções Honoríficas do Município de Lagoa

As distinções honoríficas a atribuir pela Câmara Municipal são as seguintes:

....

c) Cidadão Honorário do Concelho de Lagoa “

....

Secção IV
Cidadão Honorário do Concelho de Lagoa
Artigo 10º

Cidadão Honorário do Concelho de Lagoa

A distinção de “Cidadão Honorário” tem em vista homenagear individualidades nacionais, não naturais do concelho de Lagoa, ou estrangeiras, que se hajam destacado por serviços distintos e relevantes ao Município ou aos seus munícipes, ou que hajam contribuído, inequivocamente, para a promoção e prestígio do concelho de Lagoa. “

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade dos vinte e um membros presentes:

- 1.º** Aprovar a alteração ao Regulamento de Distinções Honoríficas do Município de Lagoa-Açores nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro;
- 2.º** Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o n.º 3 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro.

PERIODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO:

Não se observou nenhuma intervenção.

Sendo vinte e duas horas e cinquenta minutos, foi dada por encerrada esta sessão pela Presidente da Assembleia Municipal e, para constar, foi lavrada a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pela Mesa.

A PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA

A PRIMEIRA SECRETÁRIA

A SEGUNDA SECRETÁRIA